

O grande teste serão os novos preços básicos

A desarticulação do último "pacote" econômico permite que ele possa ser analisado, item por item, sem o risco de transmitir uma visão distorcida do todo. Começaremos pelo exame do "corte de subsídios" ao crédito rural, área em que o governo seguiu muito de perto a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem insistido em que o custo dos financiamentos à agropecuária seja progressivamente elevado até igualar-se, praticamente, ao dos empréstimos na faixa livre de mercado.

Isso deverá ocorrer, para a região Centro-Sul, em 1985. Segundo decidiu o Conselho Monetário Nacional (CMN), o custo dos financiamentos agrícolas nas principais regiões produtoras do País passou para 85% da correção monetária, mais juros de 3%, devendo elevar-se para 95% da correção em 1984 e 100% no ano subsequente. No Nordeste, haverá também uma elevação escalonada: sendo 70% da correção neste ano, 80%

em 1984 e 85% em 1985, sempre com o acréscimo de 3% de juros.

Essa decisão evidencia — digam o que disserem os altos funcionários do governo ligados à área agrícola — que a prioridade à agricultura, um dos pontos centrais da política posta em prática pelo governo Figueiredo, não conta hoje com qualquer prestígio na alta cúpula econômica. De outra forma, argumentos vazios antes utilizados para combater a política oficial não seriam agora recauchutados, por técnicos do próprio governo, para justificar as medidas que acabaram de tomar.

É o caso, por exemplo, da afirmação de que a alteração do custo do crédito rural não terá um impacto tão grande quanto o que se pensaria, uma vez que somente 20% dos agricultores brasileiros têm acesso a financiamentos subsidiados. Não negamos essa distorção, mas certamente não é elevando o custo dos empréstimos à produção que ela deve ser corrigida.

O lógico, o racional, seria que as

autoridades tomassem providências para popularizar o crédito rural, no sentido de fazer com que uma parcela bem maior de nossos produtores pudesse gozar seus benefícios. Esta, sim, seria uma verdadeira política de fomento, que poderia dar uma contribuição inestimável para a implantação no País de uma agricultura de abundância.

Esse argumento que o governo hoje incorpora com incrível caradurismo deixa também de levar em consideração o volume da produção desses 20% de agricultores que têm acesso ao crédito rural. Eles representam a parcela de nossa agropecuária inserida na economia de mercado e são eles que garantem o abastecimento de gêneros básicos para a população e que proporcionam os excedentes exportáveis de que necessitamos.

As autoridades monetárias resolveram encarecer o crédito rural para atender a exigências do FMI, e os produtores brasileiros se sentiriam melhor se as autori-

dades o reconhecessem com absoluta honestidade. Agora que isso ocorreu, o que eles esperam é que o governo adote, com relação a seus produtos, uma política realista de preços.

O grande teste serão os novos preços básicos, que deverão ser fixados em julho. Se o governo não estabelecer níveis condizentes com as necessidades de agricultores descapitalizados, muitos deles prejudicados pela frustração de safras e que terão agora de pagar mais caro pelo crédito, poderemos ter uma redução dramática da área de plantio.

Mais campos de cultura poderão ser transformados em pastos, pois o produtor, como costuma fazer em épocas de incerteza, preferirá não assumir riscos. E isso seria altamente prejudicial ao País, especialmente no momento em que vivemos. Temos a certeza de que as autoridades não desconhecem esse perigo, mas nada nos indica, neste momento, o caminho que a sua decisão tomará.